

O governo federal, principalmente pela ação do ministro Marcílio Marques Moreira, prepara-se para assegurar o cumprimento da austera política de contenção de despesas, contida na carta de intenções que foi apresentada ao Fundo Monetário Internacional e, por este, aceita.

De um lado, procura o Ministério da Economia estabelecer novos critérios para a política de contingenciamento, de forma a controlar também as despesas com pessoal, particularmente nas áreas dependentes do repasse de recursos fiscais.

De outro lado, mais uma vez busca enquadrar no mesmo espirito a administração das empresas estatais, algumas das quais não estariam nem mesmo, a esta altura, cumprindo a obrigação de recolher o Finsocial.

É louvável o esforço do governo, e oportuno que estenda o contingenciamento a gastos com pessoal, não com o intuito de penalizar os funcionários e sim com o de tornar o serviço público mais eficaz.

No que se refere ao comportamento das empresas estatais, cujo acionista majoritário é a União Federal, é extremamente árduo compreender a razão pela qual estas não se

encontram ainda perfeitamente enquadradas, de acordo com o desejo dos seus controladores.

O recente episódio de congelamento da conta bancária da Eletrobrás foi, sem dúvida alguma, uma deplorável demonstração de desencontro e de falta de entendimento.

Não é possível que não exista alguma maneira de solucionar controvérsias como essa sem provocar escândalo público, estardalhaço que só colabora para prejudicar a imagem do nosso país, justamente no momento em que mais necessitamos melhorá-la.

Trata-se aqui do relacionamento entre o sócio que detém o poder de decisão e uma empresa que lhe deve obediência. É simplesmente absurdo que ambos não caminhem na mesma direção, não tenham os mesmos objetivos.

Pode-se ponderar que aí estão envolvidas algumas questões complexas.

Uma delas é, por exemplo, a da origem do endividamento externo das estatais, que está

muito mais ligada às necessidades de fechamento do balanço de pagamentos do País do que ao desejo das próprias empresas.

Sabe-se perfeitamente que foi uma prática usual, em passadas administrações federais, determinar a companhias do governo que saíssem em busca de recursos no mercado internacional, principalmente dos chamados "suppliers credits", a fim de equilibrar as contas públicas, sem qualquer conexão com as políticas e os planos de expansão dessas empresas.

É evidente que esse endividamento forceado trouxe sérios desequilíbrios e violentou a racionalidade administrativa das companhias vitimadas por semelhante falta de responsabilidade.

No entanto, esse é um problema antigo. Não pode continuar servindo como eterna fonte de desavenças no seio do próprio governo, depois de todo o trabalho já aplicado no saneamento da contabilidade pública e da clareza com que, reiteradamente, se ex-

pressa a respeito o presidente Fernando Collor.

O ministro da Infra-Estrutura, João Santana, e o ministro Marcílio Marques Moreira conversaram longamente sobre esse assunto.

Tudo indica a existência de um clima construtivo no relacionamento entre os dois ministérios.

Essa disposição de buscar soluções reais, efetivas e, sobretudo, permanentes anima a esperança de que novos incidentes, como o do bloqueio das contas da Eletrobrás, não voltem a ocorrer.

A privação da liberdade de dispor dos seus depósitos bancários a vista é fato de extrema gravidade na existência de qualquer entidade. Corói o seu prestígio e o seu crédito.

Toda a comunidade econômica deseja que esse caso rumoroso tenha sido um acontecimento isolado, irrepelível. E faz votos para que, embora lamentável, tenha colocado um ponto final nesse desagradável capítulo da nossa história, povoado de estatais incontroláveis e de corporativismos insuportáveis para a Nação.

A austeração de que o Brasil necessita é uma austeração sem exceções.